

LEI Nº 600 DE 02.01.1967

Afonso João lopes, Prefeito Municipal de Parapuã, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais,.....

E, tendo em vista a decorrência do prazo estipulado pelos §§ 2º e 4º, da Lei Orgânica dos Municípios, para a apreciação e deliberação dos projetos de Leis, encaminhados pelos Executivos Municipais às Câmaras de Vereadores, SANCIONA, em redação final a seguinte lei:

Art. 1º - As rendas provenientes dos serviços de natureza industrial, comercial e civil prestados - pelo Município em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresa privada, são, para os efeitos desta lei, considerados preços.

Art. 2º - A fixação dos preços para os serviços que sejam monopólio do Município terá por base o custo unitário.

Art. 3º - Quando não for possível a obtenção do custo unitário, a fixação far-se-á levando em consideração o custo total do serviço verificado no último exercício encerrado, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.

§ 1º - O volume do serviço, para efeito do disposto neste artigo, será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas pelo número de ligações feitas ou pela média de usuários atendidos.

§ 2º - O custo total, para efeito do disposto neste artigo, compreenderá custos de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.

Art. 4º - Quando o Município não tiver o monopólio do serviço, a fixação do preço será feita com base nos preços dos mercados.

Art. 5º - Fica o poder Executivo autorizado a fixar os preços de serviços até o limite da recuperação do custo total; a fixação de preços, além desse limite dependerá de lei autorizativa da Câmara Municipal.

§ Único - O Executivo publicará anualmente - uma relação dos preços fixados para os serviços.

Art. 6º - O sistema de preços do Município - compreende os seguintes serviços, além de outros que vierem a ser prestados:

- I - de água;
- II - de esgotos;
- III - de transporte coletivo urbano e interdistrital (distrital);
- IV - de matadouros;
- V - de mercados e entrepostos;
- VI - de utilidades fabris e manufatureiras;
- VII - de ensino secundário
- VIII - de assistência hospitalar;

Art. 7º - O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações mantidas pela Prefeitura, em razão da exploração direta de serviços municipalizados acarretará, - decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

§ único - O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de infrações outras, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstos em posturas e regulamentos próprios.

Art. 8º - O despejo de ocupantes de espaços - em mercados, ou de prédios e terrenos municipais, equipara-se às penalidades previstas em posturas e regulamentos próprios.


Art. 9º - As penalidades serão aplicadas, conforme o caso, apenas quanto aos pagamentos que devem ser feitos "a posteriori" e após apropriados os depósitos, caucões ou fianças feitos como garantia do consumo ou uso.

Art. 10º - Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio e obrigações acessórias dos usuários divida ativa, penalidades e processo fiscal, as disposições do Código Tributário.

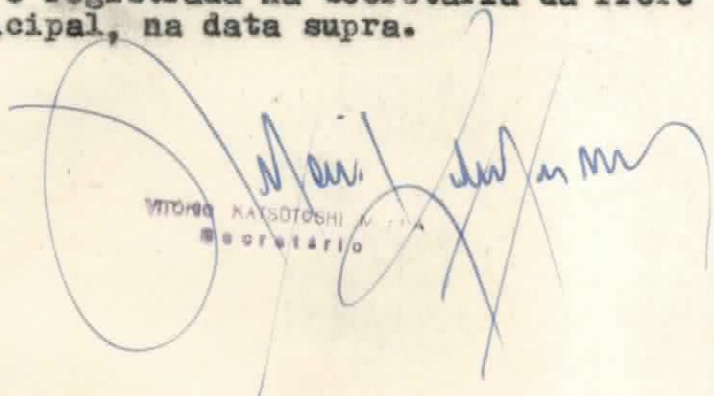
Art. 11º - O Órgão incumbido da administração do serviço expedirá os regulamentos, portarias, circulares e avisos que se fizerem necessários à execução desta lei.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, de janeiro de 1967.


AFONSO JOÃO LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.


WITÓRIO KATSUTOSHI
Secretário